



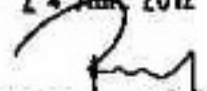
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



PROJETO DE LEI Nº.: 182 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 ABR 2012


1º Secretário

SÚMULA: Institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual ao **INSTITUTO EDUCACIONAL DOM BOSCO**, com sede e foro no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto Educacional Dom Bosco, com sede e foro no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2012


GESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual

16194 24/04/2012 08:24:43 DE: ASSUNTO DE LEGISLAÇÃO DE 18594



JUSTIFICATIVA

O Instituto Educacional Dom Bosco é uma associação sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente, cultural, educacional e de assistência social, de âmbito estadual, promovendo melhoria na qualidade de vida de crianças e jovens especialmente do município de Guarapuava.

Objetivando que o Instituto Educacional Dom Bosco continue promovendo ações para o bem das crianças e jovens, afastando-os dos maus costumes, faz-se necessária a declaração de utilidade pública para referida Associação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 182/2012

Projeto de Lei nº. 182/2012

Autor: Deputado Estadual Cesar Silvestri Filho

Súmula: Institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual ao Instituto Educacional Dom Bosco, com sede e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Cesar Silvestri Filho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o *Instituto Educacional Dom Bosco, com sede e foro no Município de Guarapuava.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação, cultura e assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO SENARI
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº

358/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 JUL. 2012

1º Secretário

EMENTA: Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Luiz Alberto Kleina.

Art. 1.º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Luiz Alberto Kleina.

Art. 2.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Sala das sessões, 11 de julho 2012.
LL.

O Padre Luiz Alberto Kleina, pároco reitor do Santuário Nossa Senhora do Carmo, nasceu em Curitiba/PR no dia 29/05/66.

É filho de Miguel Kleina e Natair Rocha Kleina e tem três irmãos: Marcio Anderson, Adriano Ronaldo e Patrícia Renata.

Curso o 1º Grau no Colégio São José (Irmãs Vicentinas) e o 2º Grau no CEFET/Pr. Curso Filosofia e Comunicação Social na Universidade Federal do Paraná e Teologia no Studium Theologicum.

Em 31/08/97 foi ordenado sacerdote no Santuário São Benedito da Lapa, onde atuou durante um ano como vigário paroquial.

Em 23/05/98 foi nomeado pároco da então paróquia Nossa Senhora do Carmo, no bairro Boqueirão.

Desde o início de sua atuação como pároco, o Padre alimentava o sonho de transformar o local em Santuário. Uma de suas primeiras ações foi a implantação da novena perpétua a Nossa Senhora do Carmo. A aceitação foi imediata e logo aumentou a frequência dos fiéis devotos, todas as quartas-feiras. Este fato fez com que em 2001 a paróquia fosse elevada ao grau de Santuário.

RECEBUEMOS EM 11/07/2012 08:44:59 DE NEY LEPREVOST



Outro fato marcante no ministério sacerdotal do Padre Kleina foi a reinauguração do Santuário, ocorrida em julho de 2007. Graças ao seu empenho e também com a colaboração da comunidade, o Santuário Nossa Senhora do Carmo se tornou um centro peregrinação e referência religiosa que atrai pessoas de diversas regiões de Curitiba e Região Metropolitana. Promover a devoção a Virgem do Escapulário é um dos principais destaques do ministério do Padre Kleina.

Além de ser reitor do Santuário Nossa Senhora do Carmo, o Padre Kleina também já atuou como ecônomo (administrador) da Mitra da Arquidiocese de Curitiba.

Também junto aos veículos de comunicação o Padre Kleina vem se destacando com seu trabalho evangelizador.

Por todo exposto pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 358/2012

Projeto de Lei nº 358/2012
Autor: Deputado NEY LEPREVOST

Sumula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO PADRE LUIZ ALBERTO KLEINA

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao **PADRE LUIZ ALBERTO KLEINA**.

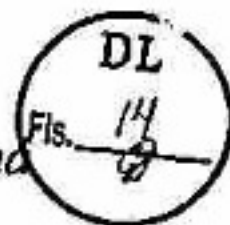
FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições: (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança do Bloco PSDB/PSD através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito (FLS. 04).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

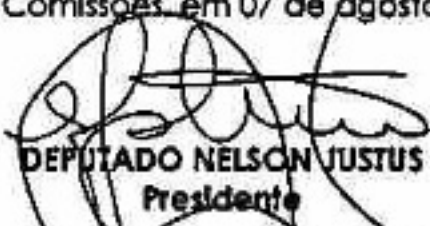
DL
Fls. 15
9

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei, tendo sido anexado ao presente projeto de lei todos os requisitos exigidos na legislação pertinente, inclusive certidões negativas e criminais.


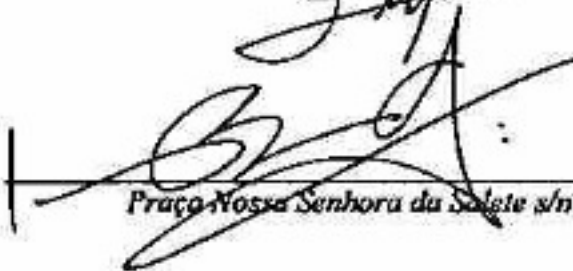


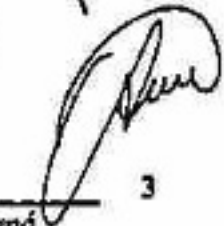
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
Relator






APROVADO
Unanimidade